

FATORES CONDICIONANTES DO EMPREGO FORMAL NA REGIÃO – NORTE-MINEIRA: UMA COMPARAÇÃO COM O BRASIL E O ESTADO DE MINAS GERAIS – 1986 A 1997

*Emanuel Malta Falcão Caloête¹
Luciene Rodrigues²*

SUMÁRIO

Diante de constatações feitas por estudos relacionados ao mercado de trabalho brasileiro, procurou-se, por meio de tabulações de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – do Ministério do Trabalho e Emprego, quantificar e avaliar se os movimentos ocorridos na Região Norte de Minas encontram semelhança com os movimentos do Estado de Minas Gerais e do país. Cumpre destacar que um entendimento melhor do mercado de trabalho regional carece de uma incursão no mercado informal. Entretanto, os dados disponíveis para o mercado formal já permitem algumas observações importantes e constituem um bom ponto de partida.

1 INTRODUÇÃO

Desde os anos 70, com a crise do modelo fordista, observa-se uma reestruturação da atividade econômica em direção a padrões mais flexíveis de organização da produção e do trabalho. Segundo Pochmann (1999) dentre as principais modificações no mercado de trabalho mundial podem-se citar as seguintes:

- a) a proporção maior dos desempregados hoje em dia reside em países do terceiro mundo;

1 M. Sc. Economia, Professor de Teoria Macroeconômica da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

2 Dr. História Econômica, Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

- b) o custo da hora trabalhada na indústria brasileira é metade da correspondente na Coréia do Sul e a décima parte da alemã, a despeito de ser um relativo consenso entre os empregadores o fato do trabalhador brasileiro custar muito;
- c) o aumento do número de sindicatos no Brasil foi muito maior que o aumento do efetivo da força de trabalho, motivo, dentre outros, para o seu enfraquecimento;
- d) é cada vez mais difícil para os trabalhadores mais velhos voltarem a ocupar vagas no mercado de trabalho, assim como a probabilidade de um trabalhador conseguir um emprego única e exclusivamente pelo fato de possuir uma escolaridade elevada;
- e) o número de horas-extras pagas tem aumentado, como forma de reduzir o número de contratações e o número de aposentados que retornam ao mercado de trabalho para garantir uma complementação da renda familiar;
- f) o descompasso entre as políticas oficiais de treinamento e qualificação da mão-de-obra, de modo que o trabalhador qualifica-se em uma profissão mas não encontra emprego pelo fato da produção interna não crescer nem mesmo o suficiente para gerar o número de vagas correspondente ao crescimento da população economicamente ativa.

Com a reestruturação produtiva global, a participação do Brasil na economia mundial tem declinado. Os empregos industriais no país, que em 1980 representavam 4,13% dos postos nas indústrias de todo o mundo recuaram para 3,07% em 1999.

Ao longo dos anos 90, a estratégia marcante das – corporações transnacionais foi a de procurar permanecer o mais livre possível de investimentos de longa duração, para aproveitar oportunidades mais lucrativas, abrindo e fechando plantas na medida das necessidades. O emprego industrial que em 1980, correspondia a 19,2% do total das ocupações internas, reduziu, em 1999, para 11,8%.

A nova divisão internacional do trabalho encontra-se sustentada por uma revolução tecnológica, que centraliza o poder econômico nas poucas e grandes corporações transnacionais, e as políticas neoliberais, que subordinam

os países periféricos ao curso do dólar. Isso faz com que a produção, com elevado conteúdo tecnológico, maior valor agregado, e geradora de empregos modernos, seja quase exclusiva responsabilidade dos países ricos. As nações pobres, além de dependentes dessa produção moderna, estão subordinadas à dinâmica do comércio mundial, por intermédio da necessidade de exportar produtos primários ou, no máximo, de bens manufaturados com baixo conteúdo tecnológico, menor valor agregado e gerador de empregos, geralmente precários e de baixa qualificação.

Com o predomínio das políticas neoliberais, que decorre do chamado *consenso de Washington*, as nações periféricas passaram a estar cada vez mais submetidas a programas de ampla abertura comercial e de desregulamentação de seus mercados financeiros e de trabalho. Com isso, tendem a apresentar retrocesso em seus indicadores produtivos e sociais. A abertura comercial e a modificação dos regimes cambial e financeiro foram impostas pelos países centrais, suas grandes empresas e bancos em busca de maiores espaços livres para atuação.

O Plano Real seguiu as linhas gerais dessas políticas:

- i) sobrevalorização cambial;
- ii) abertura comercial;
- iii) juros altos (Franco, 1999).

Para sustentar a regra cambial, a expansão da produção e da demanda interna transformaram-se em uma ameaça potencial à própria estabilização. Para Tavares (1999) o “pecado original” do câmbio sobrevalorizado e da abertura comercial descontrolada desdobrou-se em vários “pecados capitais” como o déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, juros escorchantes, déficit público gigantesco, inadimplência generalizada, crise agrícola e desindustrialização. Para a autora, todos esses fatores destruidores e limitantes do crescimento, conduziram ao desemprego estrutural.

O desemprego atinge de forma generalizada praticamente todos os segmentos sociais, representando um problema social de graves conseqüências, além de retirar das pessoas perspectivas melhores quanto ao futuro, coloca o desempregado numa situação de completa privação e dependência.

Adicionando-se a esses fatores, as relações econômicas são executadas com um maior grau de precarização das relações trabalhistas, somente ci-

tando como exemplo o contrato temporário de trabalho implantado no Brasil. Segundo Pochmann (1999) as relações trabalhistas no Brasil já são extremamente flexíveis, tendo sido retiradas, progressivamente, conquistas adquiridas às expensas de várias reivindicações realizadas em anos passados.

O resultado não poderia ser diferente: enquanto os países desenvolvidos procuram desenvolver mecanismos que promovam a empregabilidade dos jovens e recém-formados; que requalifiquem o trabalhador desempregado para que o mesmo possa encontrar rapidamente outro emprego, sem contar o fato de que, na Europa, por exemplo, os programas de seguro-desemprego são completamente diferentes do programa brasileiro e, adicionalmente, a distribuição funcional da renda é completamente diferente da brasileira, aonde maiores salários chegam a ser 175 vezes o valor dos menores.

Some-se a tudo isso o fato de que a estabilidade tem um custo que decorre da recessão: o desemprego, e aí tem-se um quadro geral da grande dificuldade em resolver essa mazela social que implica num aumento da pobreza, da indigência e num aumento da desilusão e da violência, dentre outros fenômenos bastante conhecidos.

A análise do emprego formal no Norte de Minas é feita com base no pressuposto de que o processo de destruição e criação de empregos na região é motivado pelo comportamento mais geral da economia brasileira, cujos impactos poderão ser maiores ou menores, dependendo da estrutura e da forma de organização local da produção.

2 FONTE E BASE GEOGRÁFICA DOS DADOS

As fontes dos dados do presente trabalho compõem a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Essa base possibilita a tabulação de dados sobre emprego e renda, os quais estão disponibilizados para o período que vai do ano de 1986 até 1997.

As tabulações realizadas permitem a comparação dos dados da Região Norte de Minas, com os do Estado de Minas Gerais e do Brasil, ao longo do período coberto pela Base de Dados.

3 DESCRIÇÃO E CONCEITUAÇÃO DAS VARIÁVEIS E PROCEDIMENTOS

- a) *Estoque de Emprego*: refere-se ao número de trabalhadores registrados como empregados pelas empresas no dia 31 de dezembro de cada ano;
- b) *Massa Salarial*: somatório das rendas recebidas, em salários-mínimos, pelos trabalhadores que compunham o estoque de emprego;
- c) *Setores IBGE*: indústria extrativa mineral; indústria da transformação; serviços industriais; construção civil; comércio, serviços, administração pública; agropecuária; outros/ignorados; total;
- d) *Gênero*: sexo masculino e feminino;
- e) *Faixas de Remuneração*: até 2; de 2,01 até 5; de 5,01 até 10 e mais de 10 salários-mínimos;
- f) *Grau de Instrução*: analfabeto, 4^a série incompleta; 8^a série incompleta; 8^a série completa; 2^o grau incompleto; 2^o grau completo; superior incompleto; superior completo;
- g) *Faixa Etária*: até 14 anos; de 15 até 29 anos; de 30 a 39 anos; de 40 a 49 anos; de 50 a 64 anos e mais de 65 anos de idade;
- h) *Tamanho do Estabelecimento*: menos de 10; de 11 até 50 e mais de 50 empregados;
- i) *Taxa Anual de Crescimento*: taxa geométrica de crescimento, definida por:

$$g = \exp \{ [\ln (v_f) - \ln (v_i)] / n \} - 1$$

onde g é a taxa de crescimento no período; v_f é o valor do último período; v_i é o valor inicial e n é o número de períodos.

4 PERÍODOS ESTUDADOS

A análise está periodizada em três momentos economicamente importantes para o país, quais sejam:

- a) **1986-91**: período marcado pelo lançamento do Plano Cruzado e pelos efeitos do Plano Collor I;
- b) **1991-95**: período que compreende os efeitos do Plano Collor I e os primeiros efeitos do Plano Real, lançado no ano anterior;
- c) **1995-97**: período que compreende os primeiros efeitos do Plano Real e os efeitos iniciais da crise asiática do quarto trimestre do ano de 1997.

5 CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA – DO NORTE DE MINAS

O Norte de Minas (região de Planejamento nº VIII) é composto por 89 municípios agrupados em sete microrregiões: Januária, Janaúba, Salinas, Pirapora, Montes Claros, Grão-Mogol e Bocaiúva. Conta com cerca de 1,4 milhões de habitantes (IBGE, 1996).

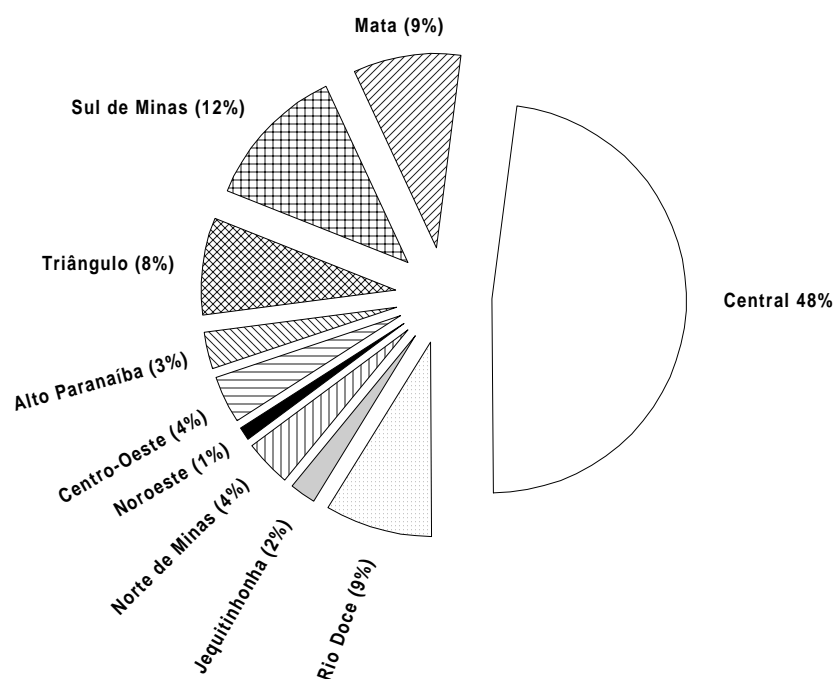
Sua formação econômica é baseada predominantemente na economia de subsistência junto à atividade pecuária. A região se manteve relativamente isolada em relação ao centro do país. Com o desenvolvimento das ferrovias e rodovias, no início deste século e depois da metade, com a incorporação do Norte de Minas a área da SUDENE, a economia regional tem suas relações comerciais com o resto do país e do próprio Estado de Minas Gerais ampliadas e uma diversificação de sua estrutura produtiva. O Estado estimulou quatro eixos básicos de desenvolvimento:

- a) reflorestamento de eucaliptos e pinhos em diversos municípios da região;
- b) implantação de grandes projetos agropecuários;
- c) instalação de indústrias em poucos municípios;
- d) implantação de perímetros de agricultura irrigada, também de forma concentrada.

Em 1997, o Norte de Minas participava com 4% do PIB do Estado de Minas Gerais, como mostra o Gráfico 1. O PIB *per capita* da região, em 1995, era de R\$1.446,58, situando-se abaixo da média do Estado de Minas Gerais (R\$ 2.893,57).

Gráfico 1

DISTRIBUIÇÃO DO PIB DE MINAS GERAIS POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO EM 1997



Fonte: RODRIGUES, L. Formação Econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, M. F. M. O., RODRIGUES, L. (Org.). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

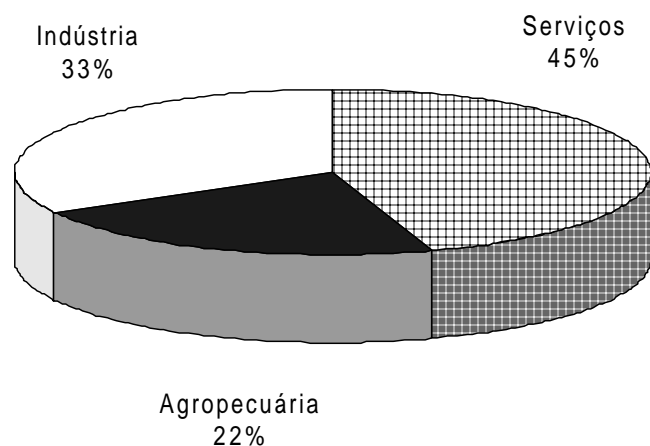
Em comparação com as demais regiões do Estado, Norte de Minas não é a que apresenta o menor PIB. Em níveis inferiores a ela estão a Região Noroeste de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Alto Paranaíba. No entanto, ela apresenta a segunda menor renda *per capita* do Estado. Abaixo dela está apenas a região do Jequitinhonha/Mucuri, recentemente incluída na área da SUDENE. Dessa maneira, a região se destaca por seus baixos índices de educação e renda *per capita*.

O crescimento econômico da região, nas últimas décadas, foi possível com a presença ativa do Estado. De 1985 até 1995, o PIB do Norte de Minas cresceu a taxas superiores à da economia brasileira e a do Estado de Minas Gerais. Nesse período, a taxa média anual de crescimento do PIB brasileiro foi de 2,28%; de Minas Gerais 2,45% e do Norte de Minas 3,70%.

Os Gráficos 2 e 3 apresentam a distribuição setorial do produto interno bruto nos anos de 1985 e 1997, respectivamente. No período, a maior alteração estrutural refere-se à perda relativa de participação do setor agropecuário de 22% em 1985 para 15% em 1997, e aumento do setor industrial, de 33% para 43%, no mesmo período. Ou seja, de 1985 a 1997, houve redução relativa da produção na subestrutura primária e crescimento da produção secundária.

Gráfico 2

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO PIB NO NORTE DE MINAS EM 1985

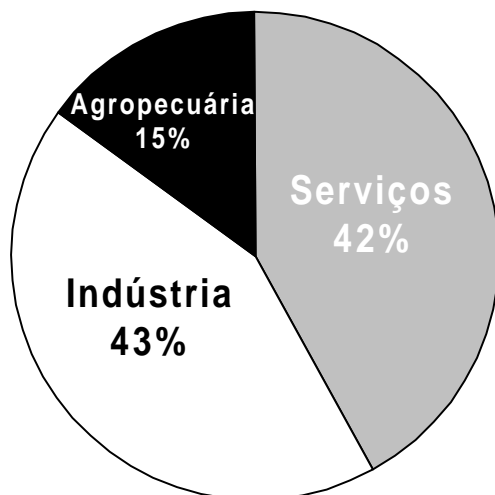


Fonte: Dados da Fundação João Pinheiro.

Na região observa-se o desenvolvimento de atividades modernas, capitalizadas e a permanência de estruturas tradicionais. Destacam-se a produção têxtil (Montes Claros, Pirapora), a metalúrgica (Montes Claros, Pirapora, Várzea da Palma), a produção de fruticultura (Janaúba, Jaíba, Matias Cardoso e Pirapora), a indústria farmacêutica e a de biotecnologia (Montes Claros). Embora com importância reduzida na economia regional, permanecem a pecuária de corte extensiva e a agricultura de subsistência.

Gráfico 3

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO PIB NO NORTE DE MINAS EM 1997



Fonte: Dados da Fundação João Pinheiro.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 O estoque do emprego

A abertura econômica no início dos anos 90 e a inserção do Brasil na economia globalizada impuseram perdas ao mercado de trabalho ao longo da década. A desestruturação do mercado de trabalho está associada à diminuição dos postos de trabalho formais e à perda da participação do emprego assalariado no total das ocupações, entre outros fatores.

De acordo com os dados da Tabela 1, que mostra estoque de emprego dos anos de 1986, 1991, 1995 e 1997 para o Brasil, Minas Gerais e Norte de Minas, verifica-se que os setores de serviços, administração pública e indústria de transformação detêm maior participação no efetivo total do emprego formal, em 1997, tanto no país, quanto em Minas Gerais e na Região Norte de Minas, sendo responsáveis por mais de 65% dos registros na Região Norte e por aproximadamente 74% no país.

Ao longo do período analisado, nota-se que as indústrias extrativa mineral e de transformação apresentam tendência de declínio ou de estabilização, tanto no país quanto em Minas Gerais, o que não ocorreu no Norte de Minas, sobretudo porque em Montes Claros, município que concentra a maior parte dos registros, essas atividades são bastante expressivas (Tabela 2).

Tabela 1

PARTICIPAÇÃO SETORIAL DO ESTOQUE FORMAL DE EMPREGO
NO EFETIVO TOTAL, POR GÊNERO, EM ANOS SELECIONADOS
BRASIL, MINAS GERAIS (MG) E REGIÃO NORTE DE MINAS (RNM)

Ano	Extr. Min.	Ind. Transf.	Serv. Ind.	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pub.	Agropec.	Outr./ Ign.	Total
<i>Brasil Total</i>										
1986	0,7	27,0	1,3	4,5	13,0	28,1	23,8	1,2	0,5	100
1991	0,5	22,2	1,4	4,2	12,2	27,7	22,6	1,6	7,6	100
1995	0,5	20,6	1,6	4,5	14,1	30,4	23,0	4,2	1,1	100
1997	0,4	19,5	1,4	4,8	15,2	31,8	22,6	4,1	0,1	100
<i>Brasil Masculino</i>										
1986	93,2	72,1	86,5	93,4	65,3	65,3	51,8	82,2	69,5	65,9
1991	93,1	73,2	85,0	92,3	65,9	63,3	49,8	83,6	59,9	64,5
1995	92,9	73,2	83,6	92,9	64,7	58,9	44,5	86,7	61,0	62,6
1997	92,7	73,5	83,9	92,9	63,9	57,8	43,8	87,2	59,4	62,1
<i>Brasil Feminino</i>										
1986	6,8	27,9	13,5	6,6	34,7	34,7	48,2	17,8	30,5	34,1
1991	6,9	26,8	15,0	7,7	34,1	36,7	50,2	16,4	40,1	35,5
1995	7,1	26,8	16,4	7,1	35,3	41,1	55,5	13,3	39,0	37,4
1997	7,3	26,5	16,1	7,1	36,1	42,2	56,2	12,8	40,6	37,9
<i>Minas Gerais Total</i>										
1986	1,9	21,9	1,3	7,1	12,8	30,4	22,6	1,6	0,3	100
1991	1,7	19,1	1,5	5,5	13,0	28,7	20,6	2,5	7,6	100
1995	1,3	18,9	1,6	6,3	14,1	28,3	20,9	7,6	0,9	100
1997	1,1	18,8	1,5	6,4	15,2	28,7	20,5	7,6	0,1	100
<i>Minas Gerais Masculino</i>										
1986	94,3	75,4	88,4	95,4	67,0	66,4	55,9	82,6	64,4	69,2
1991	95,0	75,9	87,7	93,4	67,1	64,6	48,4	85,2	63,4	66,6
1995	94,4	74,9	84,6	93,7	65,9	58,7	42,2	89,9	63,4	64,8
1997	94,0	75,3	83,7	93,4	65,2	57,4	41,0	90,1	65,0	64,2
<i>Minas Gerais Feminino</i>										
1986	5,7	24,6	11,6	4,6	33,0	33,6	44,1	17,4	35,6	30,8
1991	5,0	24,1	12,3	6,6	32,9	35,4	51,6	14,8	36,6	33,4
1995	5,6	25,1	15,4	6,3	34,1	41,3	57,8	10,1	36,6	35,2
1997	6,0	24,7	16,3	6,6	34,8	42,6	59,0	9,9	35,0	35,8
<i>Norte de Minas Total</i>										
1986	0,3	24,6	0,6	3,8	13,8	31,9	16,7	6,6	1,7	100
1991	0,6	26,5	0,9	2,9	13,7	25,8	16,1	5,9	7,5	100
1995	0,9	22,4	1,1	4,5	13,5	22,2	20,3	13,6	1,4	100
1997	0,5	22,2	0,9	4,3	15,3	22,4	20,4	13,9	0,1	100
<i>Norte de Minas Homens</i>										
1986	97,0	80,6	93,6	96,4	70,2	68,8	66,7	77,4	73,3	73,5
1991	94,2	82,1	87,8	91,4	68,8	67,3	54,2	80,4	61,5	70,7
1995	95,3	81,4	86,2	95,2	69,1	59,9	42,1	87,0	67,1	68,4
1997	95,7	81,2	87,2	91,2	68,1	59,6	39,3	89,5	81,9	67,6
<i>Norte de Minas Mulheres</i>										
1986	3,0	19,4	6,4	3,6	29,8	31,2	33,3	22,6	26,7	26,5
1991	5,8	17,9	12,2	8,6	31,2	32,7	45,8	19,6	38,5	29,3
1995	4,7	18,6	13,8	4,8	30,9	40,1	57,9	13,0	32,9	31,6
1997	4,3	18,8	12,8	8,8	31,9	40,4	60,7	10,5	18,1	32,4

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

Tabela 2

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL TOTAL,
POR SETOR DE ATIVIDADE E POR GÊNERO, EM PERÍODOS SELECIONADOS
BRASIL, MINAS GERAIS E NORTE DE MINAS

Ano	Extr. Min.	Ind. Transf.	Serv. Ind.	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pub.	Agropec.	Outr./ Ign.	Total
<i>Brasil Total</i>										
1986-1991	-3,5	-2,6	1,8	-0,3	-0,4	0,4	-0,3	5,2	61,0	0,6
1991-1995	-2,4	-0,8	3,4	2,0	3,5	2,6	1,0	22,5	-31,8	0,6
1995-1997	-1,0	-1,3	-4,2	2,5	3,2	2,0	-0,1	-0,3	-51,1	0,5
1986-1987	-3,0	-2,0	1,2	1,3	2,0	1,8	0,3	11,5	-9,6	0,7
<i>Brasil Masculino</i>										
1986-1991	-3,5	-2,4	1,5	-0,5	-0,2	-0,1	-0,9	5,5	57,1	0,3
1991-1995	-2,5	-0,8	3,0	2,1	3,1	1,1	-1,2	23,4	-31,5	0,1
1995-1997	-1,1	-1,2	-4,1	2,6	2,8	1,4	-0,6	-0,1	-51,6	0,2
1986-1987	-3,0	-1,8	0,9	1,3	1,9	0,7	-1,1	12,1	-10,7	0,2
<i>Brasil Feminino</i>										
1986-1991	-3,4	-3,3	3,5	2,2	-0,7	1,3	0,4	3,8	68,5	1,3
1991-1995	-1,7	-0,9	5,3	0,5	4,2	5,0	3,0	17,4	-32,2	1,7
1995-1997	-0,1	-1,7	-4,9	2,4	3,9	2,8	0,3	-1,7	-50,5	1,0
1986-1987	-2,4	-2,4	2,7	1,9	2,4	3,4	1,5	8,5	-7,4	1,6
<i>Minas Gerais Total</i>										
1986-1991	-2,0	-1,6	2,1	-3,8	0,8	-0,4	-1,0	8,6	69,4	0,6
1991-1995	-2,8	2,1	4,1	5,3	4,1	2,1	2,7	27,8	-33,0	2,3
1995-1997	-2,5	1,2	-1,7	2,3	3,8	1,9	0,8	1,3	-51,5	1,4
1986-1987	-2,8	0,4	2,3	0,8	3,0	1,1	0,8	15,8	-8,1	1,6
<i>Minas Gerais Masculino</i>										
1986-1991	-1,9	-1,5	2,0	-4,2	0,8	-0,8	-3,3	9,1	68,9	-0,1
1991-1995	-2,9	1,9	3,3	5,3	3,7	0,1	-0,1	29,2	-33,0	1,8
1995-1997	-2,6	1,4	-2,0	2,2	3,5	1,1	-0,1	1,3	-51,1	1,1
1986-1987	-2,8	0,4	1,9	0,6	2,8	-0,1	-1,8	16,6	-8,0	1,0
<i>Minas Gerais Feminino</i>										
1986-1991	-4,1	-2,0	3,1	2,4	0,7	0,5	1,7	5,7	70,2	2,0
1991-1995	-0,5	3,0	9,0	4,3	4,9	5,3	5,0	18,5	-33,0	3,4
1995-1997	-0,4	0,7	0,1	3,7	4,5	3,0	1,5	0,5	-52,2	2,0
1986-1987	-2,4	0,4	5,2	3,9	3,5	3,2	3,3	10,5	-8,2	2,9
<i>Norte de Minas Gerais Total</i>										
1986-1991	14,8	0,0	5,4	-5,5	-1,4	-4,6	-1,8	-3,0	26,5	-1,2
1991-1995	13,7	1,2	8,9	14,5	4,4	1,6	9,5	23,7	-24,9	4,7
1995-1997	-14,8	2,4	-3,7	1,2	7,0	3,1	2,9	3,7	-59,5	2,8
1986-1987	8,6	1,1	5,4	3,2	2,8	-0,9	3,7	8,6	-20,4	2,0
<i>Norte de Minas Gerais Masculino</i>										
1986-1991	14,3	0,3	4,3	-6,3	-1,8	-5,0	-5,2	-2,4	22,9	-1,9
1991-1995	14,0	1,1	8,5	15,4	4,5	-0,8	4,2	25,7	-23,6	4,0
1995-1997	-14,7	2,3	-3,3	-0,3	6,5	3,0	0,6	4,7	-56,7	2,4
1986-1987	8,5	1,2	4,8	2,7	2,6	-2,1	-0,8	9,9	-19,6	1,3
<i>Norte de Minas Gerais Feminino</i>										
1986-1991	28,0	-1,4	17,3	9,3	-0,6	-3,9	3,5	-5,3	34,5	0,4
1991-1995	9,1	2,0	11,7	1,9	4,2	5,8	14,8	14,0	-27,3	6,3
1995-1997	-17,6	2,7	-6,0	23,9	8,2	3,4	4,6	-3,6	-66,9	3,7
1986-1987	11,8	0,8	11,7	11,2	3,4	1,2	9,0	1,8	-22,9	3,7

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

Já os setores de serviços industriais de utilidade pública e comércio apresentaram significativa tendência de crescimento, tanto no país, quanto em Minas Gerais e na Região Norte-Mineira, sobretudo nesse último setor que vem mostrando tendência generalizada de crescimento nas demais regiões brasileiras. Mas o caráter abrangente de atividades relacionadas à classificação do emprego nessa categoria talvez não possibilite uma melhor compreensão da realidade.

O setor de serviços cresce no país e em Minas Gerais e encolhe no Norte de Minas, o que possivelmente explique na Região fatores relacionados ao aumento da informalidade mais que proporcional à média do país e do Estado de Minas Gerais.

O setor de administração pública apresentou uma tendência de estabilização no país, de ligeiro crescimento em Minas Gerais e de elevado crescimento na Região Norte Mineira. Isso pode ser explicado, em grande medida, pela criação de municípios originada com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o que implicou num número crescente de funcionários nas novas municipalidades.

O setor que mais cresceu, entretanto, nas três bases geográficas estudadas foi o agropecuário, o que também foi verificado em estudo de Caloête (1999), o que demonstra, comparando-se o país com Minas Gerais, o peso relativo das atividades agropecuárias desse último sobre o primeiro e, na Região Norte Mineira, a manutenção de atividades agrícolas e mesmo da sua estrutura fundiária histórica.

Desagregando-se por gênero a participação no efetivo total do emprego, percebe-se que as taxas aumentam à medida que compara-se o país com Minas Gerais e esse com a sua Região Norte. Enquanto no primeiro, a participação masculina no total do emprego praticamente ficou mantida, entre 1986-97, em 0,2% ao ano, em Minas Gerais a mesma foi de 1,0% e, no Norte de Minas situou-se em 1,3%. Esse desempenho ocorreu basicamente pelo fato do emprego masculino no comércio, que detém participação significativa no percentual total, ter crescido significativamente.

Outro dado importante é a constatação de que o emprego formal tem sido cada vez mais ocupado pelas mulheres, em todos os níveis geográficos estudados. As taxas totais de crescimento do emprego feminino são significativamente superiores à dos homens, embora a participação das mulheres seja menor no cômputo total do emprego. As taxas de crescimento do emprego feminino aumentam à medida que se compara o país com Minas Gerais e estes

com a Região Norte-Mineira, cujos valores são 1,6%, 2,9% e 3,7% ao ano respectivamente.

Excluindo-se o período compreendido entre 1995-97, para o país, verifica-se que o primeiro subperíodo analisado – 1986-91 – foi aquele em que o emprego menos cresceu, não obstante também esteja evidente que o emprego tem crescido menos que a taxa de crescimento populacional em todos os níveis geográficos, além do fato de que não se considera o efetivo que – encontra-se na informalidade.

6.2 Geração da apropriação da massa salarial

Analisando-se os dados das Tabelas 3, 4 e 5, verifica-se que, entre 1896 e 1995, a concentração de renda aumentou, tanto no país, quanto em Minas Gerais e na Região Norte de Minas. No ano de 1997, a concentração era menor em todas as regiões, porém, com níveis de concentração maiores que os de 1986, exceto para o Estado de Minas Gerais.

Tabela 3

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE REGISTROS DE EMPREGO, POR FAIXA SALARIAL, EM SALÁRIOS-MÍNIMOS, EM ANOS SELECIONADOS BRASIL, MINAS GERAIS E NORTE DE MINAS

Anos	Faixas Salariais (salários-mínimos)											
	Até 2			de 2,01 até 5			de 5,01 até 10			mais de 10		
	Brasil	Minas	Norte de Minas	Brasil	Minas	Norte de Minas	Brasil	Minas	Norte de Minas	Brasil	Minas	Norte de Minas
1986	30,5	38,7	51,8	36,4	33,4	29,9	15,9	12,6	8,3	10,8	9,7	4,5
1991	22,1	30,5	44,0	38,1	38,1	34,9	19,1	15,4	12,1	14,9	11,5	5,9
1995	38,4	45,3	52,7	29,3	24,7	16,8	13,8	11,3	5,7	7,9	6,2	2,6
1997	39,8	47,8	54,0	31,0	25,8	15,1	13,4	10,5	4,7	7,3	5,1	2,1

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

Dentre outros fatores, a estrutura econômico-político-social do país favorece a concentração da renda, quando ocorre crescimento econômico. Os programas governamentais de transferências favorecem os estratos mais elevados de renda. A educação, que seria um fator essencial na redução das desigualdades e da concentração não é amplamente difundida, tornando os recursos humanos qualificados fatores de produção escassos.

De fato, o país cresceu significativamente mais nos anos de 1994 e 1995 do que nos períodos anteriores, o que levou ao aumento da concentração da renda. Já no ano de 1997, marcado sobretudo pela Crise Asiática e pelas medidas adotadas para minimizar os seus efeitos sobre a estabilidade do nível geral de preços, fez com que o produto, logo a concentração, diminuíssem.

Outro fato preocupante é que diminuir a concentração não significa necessariamente que os menores estratos de renda apropriaram-se de maior parcela da mesma, senão, observe-se os dados das Tabelas 3 e 4 em particular. Elas informam que; em 1986; 30,5% dos brasileiros recebiam até 2 salários mínimos, que apropriaram-se de 8,6% da massa salarial total. Em 1995, 38,4% dos trabalhadores recebiam até 2 salários mínimos e a sua participação na renda era de 6,3% e, em 1997, aproximadamente 40% dos trabalhadores incluíam-se nessa faixa salarial, sendo responsáveis pela apropriação da renda equivalente à de 1995. Em outros termos, a parcela de trabalhadores que receberam até 2 salários mínimos no Brasil cresceu e a parcela da renda apropriada pelos mesmos diminuiu sistematicamente entre 1986 e 1997.

No Estado de Minas Gerais ocorreu o mesmo processo, aonde a parcela de trabalhadores que receberam até 2 salários mínimos passou de 38,7% para 47,8%, enquanto a apropriação da renda entre esses trabalhadores permaneceu praticamente inalterada – em aproximadamente 12%.

Tabela 4

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA APROPRIAÇÃO TOTAL DA MASSA SALARIAL, POR FAIXA DE REMUNERAÇÃO EM SALÁRIOS-MÍNIMOS, EM ANOS SELECIONADOS – BRASIL, MINAS GERAIS E NORTE DE MINAS

Anos	Faixas Salariais (salários-mínimos)											
	Até 2			de 2,01 até 5			de 5,01 até 10			mais de 10		
	Brasil	Minas	Norte de Minas	Brasil	Minas	Norte de Minas	Brasil	Minas	Norte de Minas	Brasil	Minas	Norte de Minas
1986	8,6	11,6	22,0	24,6	24,2	31,0	23,6	20,3	19,1	43,1	43,9	27,9
1991	5,0	8,3	16,1	20,1	23,0	30,1	21,6	20,6	22,6	53,4	48,1	31,1
1995	6,3	11,0	23,5	20,8	21,0	26,1	21,3	20,9	18,2	51,7	47,1	32,1
1997	6,4	11,8	26,8	22,6	24,1	26,8	22,1	21,8	18,0	48,9	42,3	28,3

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

Na Região Norte-Mineira, apesar da concentração ser menor, em termos absolutos, que o país e o Estado de Minas, verifica-se que a concentração aumentou no período e que mais da metade dos trabalhadores formalmente empregados recebem menos do que 2 salários mínimos.

No outro extremo da análise, verifica-se, por meio dos dados das Tabelas 3 e 4, que tanto no país quanto no Estado de Minas Gerais e na sua Região Norte, a apropriação da renda aumentou para aqueles trabalhadores que receberam mais de 10 salários mínimos. De fato, a distribuição da renda permanece extremamente precária em todos os níveis geográficos estudados, de modo que, em 1997, aproximadamente metade dos trabalhadores situados no maior estrato de renda, com relação ao ano de 1986, apropriaram-se da mesma parcela da renda total.

Tabela 5

ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA DE GINI,
EM ANOS SELECIONADOS – BRASIL, MINAS GERAIS E NORTE DE MINAS

Anos	Brasil	Minas	Norte de Minas
1986	0,505	0,531	0,423
1991	0,526	0,529	0,483
1995	0,531	0,540	0,511
1997	0,519	0,518	0,486

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

Então, considerando a totalidade da massa salarial, tomando-se como referência os extremos das faixas salariais, em geral, houve um aumento significativo do número de trabalhadores que receberam os menores salários, para uma mesma parcela anteriormente apropriada, enquanto que no maior estrato houve o inverso, a mesma parcela da renda passou a ser apropriada por um número menor de trabalhadores.

Deve-se ressaltar que esses dados registram somente os movimentos relacionados ao mercado formal de trabalho. Considerando-se que muitos dos registros salariais não são contemplados pela RAIS, tais como gratificações, horas-extra, *etc.* – que tendem a aumentar ainda mais a distância entre as menores e as maiores remunerações – percebe-se quão importante é a solução dessa questão.

6.3 Apropriação da Massa Salarial por Faixa Etária

De acordo com os dados apresentados na Tabela 6, verifica-se que é praticamente inexistente o número de registros de emprego na faixa etária que vai dos 10 até 14 anos de idade, muito embora seja conhecido o fato de haver uma parcela considerável de crianças trabalhando informalmente, sobretudo no campo (Agência Folha, 2000).

Os dados também apontam para uma parcela cada vez menor dos jovens na apropriação da renda em todos os níveis geográficos, o que leva a crer que é cada vez menor o número de empregos formais ocupados por trabalhadores situados nessa faixa etária. Nesse segmento estão incluídos pessoas com pouca experiência profissional, recém-formados em cursos de nível médio e superior e que muitas vezes encontram-se exercendo alguma atividade remunerada, entretanto não registrada, tal como estágio curricular, sem qualquer garantia ou vínculo com as empresas.

Como os mais jovens participam cada vez menos da massa salarial, há de se supor que os mais experientes, portanto mais velhos, tenham auferido maior parcela da mesma. De fato, enquanto as faixas etárias de 30 a 39 anos e de mais de 65 anos praticamente mantiveram as mesmas participações no total da renda, foi na faixa de 40 a 49 anos de idade aonde foram verificados os maiores aumentos, principalmente no país e em Minas Gerais.

Outro dado importante refere-se ao fato de que na Região Norte-Mineira, a massa salarial para aqueles trabalhadores com mais de 50 anos de idade verificou aumento proporcional superior ao do Estado e do país. Sabendo-se que nessa região a maior parcela de remunerações corresponde a estratos de renda inferiores a 2 salários mínimos, pode-se inferir que há uma participação cada vez maior de aposentadorias e ou busca de outro emprego após a aposentadoria, como forma de manter a renda familiar.

O processo relativamente recente de redução das tarifas de importações brasileiras implicou numa modernização das relações comerciais das empresas nacionais e com o exterior. Além disso, houve um número crescente de fusões e privatizações cujo objetivo maior era o aumento da competitividade econômica, ao mesmo tempo em que conseguia-se a estabilidade de preços.

Tabela 6

PROPORÇÃO DA MASSA SALARIAL RECEBIDA, POR FAIXA ETÁRIA, EM ANOS SELECIONADOS – BRASIL, MINAS GERAIS E NORTE DE MINAS

Faixa Etária	Brasil				Minas Gerais				Norte de Minas Gerais			
	1986	1991	1995	1997	1986	1991	1995	1997	1986	1991	1995	1997
10 a 14	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
15 a 29	31,6	28,1	24,6	24,7	29,8	26,7	23,3	24,2	39,0	33,1	29,1	28,1
30 a 39	35,8	35,4	35,4	34,9	36,1	36,5	36,2	35,7	36,4	36,6	37,6	36,3
40 a 49	21,6	24,7	28,7	28,7	22,8	25,2	29,7	29,1	17,1	19,9	23,9	25,2
50 a 64	9,8	9,7	10,3	10,9	10,1	9,3	9,9	10,3	6,4	6,5	8,5	9,4
65 ou mais	0,7	0,7	0,8	0,8	0,6	0,6	0,6	0,6	0,3	0,3	0,5	0,7

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

Nesse sentido, a própria teoria econômica pressupõe que quando um país encontra-se em recessão e com câmbio sobrevalorizado – o que de fato aconteceu com o Brasil recentemente – há basicamente duas alternativas para que ele volte a crescer.

A primeira, é aguardar o ajuste forçado via redução dos preços, o que implica num aumento da competitividade das empresas – portanto, numa menor margem para aumentar preços – enquanto do lado dos trabalhadores, enfraquece-se os sindicatos e o poder de reivindicação por maiores salários, já que o emprego torna-se escasso.

A segunda é a desvalorização cambial, tornando num primeiro momento, o produto doméstico mais barato no exterior, aumentando as exportações líquidas, efeito que diminui à medida que o aumento do nível geral de preços interno minimiza os efeitos iniciais da desvalorização inicial (Blanchard, 1999).

De outro lado, argumenta-se que a maior exposição do país aos mercados externos forçosamente implicará num aumento da demanda por trabalho mais qualificado, exigindo do trabalhador não somente escolaridade, mas discernimento e atitude propositiva na resolução de problemas das firmas.

De acordo com os dados da Tabela 7, pode-se inferir se tais processos aconteceram no mercado formal de trabalho brasileiro. O efetivo de empregados com o antigo segundo grau, tanto incompleto, quanto completo, aumentou menos no país do que no Estado de Minas Gerais e no Norte de Minas, respectivamente. O efetivo de trabalhadores com curso superior incompleto diminuiu, em todas as bases geográficas, no período compreendido entre 1986 e 1997, enquanto que para aqueles que haviam-no concluído, houve maior possibilidade de encontrar um emprego, oportunidade crescente à medida que compara-se o país com o Estado de Minas Gerais e este com sua Região Norte.

A interpretação desses resultados pode ser a seguinte: ainda é muito grande a participação dos trabalhadores com baixa escolaridade no mercado formal de trabalho brasileiro – fato que deve ser ainda pior no mercado informal – dado que, em 1997, mais de 70% dos trabalhadores situavam-se entre a 4ª série primária e o segundo grau completo no país; 76,5% no Estado de Minas Gerais e 72,6% na Região Norte de Minas.

Tabela 7

PROPORÇÃO DO EMPREGO FORMAL DE ACORDO COM O GRAU DE INSTRUÇÃO DOS TRABALHADORES EM ANOS SELECIONADOS BRASIL, MINAS GERAIS E NORTE DE MINAS GERAIS

Grau de Instrução	Períodos											
	Brasil				Minas Gerais				Norte de Minas			
	1986	1991	1995	1997	1986	1991	1995	1997	1986	1991	1995	1997
Analfabeto	3,4	3,4	3,1	2,3	2,6	2,1	2,4	2,3	5,6	3,4	5,1	4,7
4ª Série Incompleta	13,2	11,4	10,5	9,9	14,1	11,4	11,5	9,9	25,4	18,8	20,5	17,1
4ª Série Completa	20,6	17,6	14,5	17,5	24,1	21,7	18,3	17,5	22,9	20,1	16,7	16,3
8ª Série Incompleta	14,4	15,3	15,1	18,0	15,4	17,4	17,5	18,0	13,3	15,6	15,3	15,9
8ª Série Completa	12,5	13,5	14,7	15,7	10,9	12,4	13,5	15,7	8,7	10,8	10,2	12,6
2º Grau Incompleto	7,0	7,4	8,0	7,0	6,3	6,9	6,9	7,0	5,9	7,0	7,1	6,7
2º Grau Completo	15,1	17,1	18,3	18,3	14,8	16,2	17,2	18,3	11,3	15,9	17,8	21,1
Superior Incompleto	3,4	3,5	3,6	2,2	2,5	2,5	2,5	2,2	1,3	1,5	1,2	1,0
Superior Completo	8,6	9,6	11,1	9,1	8,0	8,6	9,5	9,1	3,3	4,4	4,9	4,5
Ignorado	1,8	1,1	1,0	0,1	1,5	0,8	0,7	0,1	2,4	2,4	1,3	0,1

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

Portanto, se é verdade que as empresas modernizaram-se e com essa modernização houve melhorias nos processos gerenciais e de competitividade, os dados apresentam também conclusões no sentido de que tudo isso ocorreu sem que houvesse grandes modificações na demanda por trabalho mais qualificado – aqui entendido como trabalhadores com maior grau de instrução.

Adicione-se o fato de que é plausível que os mais jovens – considerados aqui como aqueles que possuíam, em 1997, até 29 anos de idade – tenham mais acesso à profissionalização, por meio dos vários programas governamentais de incentivo, ao menos com relação aos cursos técnicos e também o fato de que hoje em dia é muito maior o número de estudantes matriculados em cursos superiores e de pós-graduação. Tudo isso não tem sido suficiente para que os jovens participem mais da renda e também a constatação de que maior escolaridade não implica necessariamente melhores oportunidades para que se encontre um emprego. Além disso, tabulações adicionais permitiram a conclusão de que somente na Região Norte-Mineira houve um incremento mais significativo da renda para aqueles que concluíram o terceiro grau.

6.4 Emprego e tamanho dos estabelecimentos

Com a crise fiscal, originada com as mudanças nas fontes de financiamento de estados e municípios, juntamente com a busca de melhor qualida-

de e competitividade, iniciou-se uma série de estudos que procuravam introduzir em pequenas e médias tais princípios, os quais por sua vez ajudariam a reduzir os custos e, portanto, preços dos produtos interna e externamente.

Desconsiderando questões pertinentes a acesso a financiamento, juros elevados, falta de incentivo e programa concreto às exportações, câmbio sobrevalorizado que até recentemente vigorava e mesmo capacidade empreendedora limitada, no sentido de que há uma certa tradição de que o empreendedor nacional é dependente de financiamentos públicos, procurou-se verificar se um dos argumentos mais difundidos, no que diz respeito à capacidade de geração de empregos pelas pequenas e micro-empresas é válido para o mercado formal.

O argumento é o de que pequenas e microempresas são as maiores responsáveis pela geração de empregos no Brasil. Considerando pequena e microempresa como aquela que emprega até 10 empregados, não há qualquer evidência de que tal argumento seja verdadeiro, nem para o Estado de Minas Gerais nem para a Região Norte-Mineira (Tabela 8).

Entretanto, é verdade que é cada vez maior o número de empregos gerados por tais empreendimentos e mais, desagregando-se por setor de atividade econômica, verifica-se que é no setor de comércio em que são mais intensas as contratações, sobretudo no Norte de Minas. Tal fato é importante porque o comércio é um dos setores que mais participam no efetivo total da força de trabalho formal em todas as bases geográficas, com uma queda menor na Região Norte-Mineira, agregando-se todos os setores.

Se há evidências de que o emprego nos pequenos estabelecimentos cresce no Estado de Minas, também observa-se, por outro lado, que o emprego em empresas com mais de 50 empregados, está diminuindo e essa queda é maior nos setores do comércio, serviços, administração pública e sobretudo na agropecuária, o que leva a crer que, fatores como privatizações, maior grau de abertura e maior intensidade em tecnologia contribuam significativamente para que isso venha a ocorrer.

Na Região Norte-Mineira, a situação é um pouco diferente, já que no setor de comércio há um aumento significativo do emprego em estabelecimentos com mais de 50 empregados no comércio. No setor público há um aumento do emprego nesses estabelecimentos e na construção civil a queda é pouco significativa. Entretanto, os setores agropecuário e de serviços verificaram significativa redução.

Tabela 8

PROPORÇÃO DO EMPREGO FORMAL DE ACORDO COM O TAMANHO DO ESTABELECIMENTO EM ANOS SELECIONADOS
MINAS GERAIS E NORTE DE MINAS GERAIS

Setor	1991			1995			1997		
	até 10	de 11 até 49	mais de 50	até 10	de 11 até 49	mais de 50	até 10	de 11 até 49	mais de 50
<i>Minas Gerais</i>									
Extr. Mineral	5,8	13,9	80,3	8,3	22,1	69,6	9,3	23,8	66,9
Ind. Transf.	11,2	18,7	70,1	11,9	20,7	67,5	13,0	22,4	64,6
Serv. Ind. Up.	5,2	6,0	88,8	4,5	7,3	88,2	4,9	7,7	87,4
Constr. Civil	12,8	16,5	70,6	18,5	26,2	55,4	18,5	24,9	56,6
Comércio	41,5	36,2	22,3	45,5	34,7	19,7	47,4	33,4	19,2
Serviços	14,6	24,4	61,0	17,8	23,5	58,7	20,5	25,1	54,4
Adm. Pública	2,9	2,3	94,8	0,3	0,6	99,1	0,4	0,9	98,7
Agropecuária	20,3	25,3	54,4	47,2	28,0	24,8	50,4	27,8	21,8
Outros	20,2	20,7	59,2	45,3	33,7	20,9	58,6	24,9	16,6
Total	15,2	19,2	65,6	19,1	20,1	60,8	20,9	20,8	58,3
<i>Norte de Minas Gerais</i>									
Extr. Mineral	6,9	47,4	45,8	16,0	61,5	22,5	20,0	60,8	19,1
Ind. Transf.	7,1	8,4	84,5	7,2	10,5	82,3	8,6	13,2	78,3
Serv. Ind. Up.	25,3	23,0	51,7	16,9	36,8	46,4	18,4	28,1	53,4
Constr. Civil	16,1	29,2	54,7	16,7	27,5	55,8	17,7	35,5	46,8
Comércio	57,9	33,4	8,6	54,7	31,2	14,1	57,2	29,0	13,8
Serviços	18,3	33,7	48,1	20,7	32,8	46,5	24,1	36,1	39,8
Adm. Pública	2,6	3,5	94,0	0,7	1,8	97,6	0,8	1,5	97,7
Agropecuária	25,8	33,0	41,2	35,3	35,5	29,2	39,0	36,0	25,1
Outros	21,0	28,4	50,6	50,3	34,4	15,3	100,0	0,0	0,0
Total	18,8	21,5	59,7	20,4	21,7	57,9	22,8	22,9	54,4

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

A Tabela 9 esclarece um pouco mais a questão da apropriação da massa. Pode-se constatar que, apesar de participar proporcionalmente bem menos no total do trabalho, as pessoas com maior grau de instrução, principalmente com curso superior completo, recebem montante bem maior da massa salarial, proporcionalmente à participação no estoque de emprego.

Na Região Norte-Mineira, o crescimento da participação dos trabalhadores com segundo grau e com curso superior completos na massa salarial foi significativamente maior do que no país e do que em Minas Gerais.

Por outro lado, a participação dos trabalhadores com menor grau de instrução, principalmente aqueles sem o curso fundamental, tem diminuído significativamente tanto no país quanto em Minas Gerais e na sua Região Norte-Mineira, sendo nessa última, aonde verificaram-se as maiores reduções.

Portanto, manteve-se estável a participação na massa salarial daqueles trabalhadores que tinham escolaridade que contemplasse desde o curso primário até o antigo segundo grau.

Tabela 9

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA APROPRIAÇÃO DA MASSA SALARIAL,
POR GRAU DE INSTRUÇÃO, EM ANOS SELECIONADOS
BRASIL, MINAS GERAIS E NORTE DE MINAS

Grau de Instrução	1986			1991			1995			1997		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
<i>Brasil</i>												
Analfabeto	1,4	0,5	1,9	1,6	0,7	2,3	1,3	0,5	1,8	1,1	0,4	1,5
4ª Série Incompleta	6,6	1,0	7,6	5,6	0,9	6,5	4,6	0,8	5,4	4,0	0,8	4,8
4ª Série Completa	11,9	2,2	14,2	10,4	2,0	12,3	7,5	1,6	9,0	6,9	1,5	8,4
8ª Série Incompleta	8,0	2,0	10,1	8,6	2,1	10,7	7,9	1,9	9,8	7,8	1,9	9,7
8ª Série Completa	8,4	2,6	11,1	8,4	2,5	10,9	8,3	2,8	11,1	9,5	3,4	12,9
2º Grau Incompleto	4,9	1,7	6,7	4,9	1,9	6,8	5,4	2,4	7,8	4,5	1,9	6,4
2º Grau Completo	11,9	7,1	19,1	12,3	7,0	19,3	12,2	8,1	20,2	13,0	8,9	21,9
Superior Incompleto	4,2	1,8	6,1	4,4	2,0	6,4	4,2	2,4	6,6	4,0	2,1	6,1
Superior Completo	15,4	7,2	22,7	16,5	7,9	24,4	17,2	10,6	27,8	16,9	11,4	28,3
Ignorado	0,4	0,2	0,6	0,3	0,1	0,4	0,3	0,2	0,5	0,0	0,0	0,1
Total	73,2	26,3	100,0	72,9	27,2	100,0	68,8	31,2	100,0	67,7	32,3	100,0
<i>Minas Gerais</i>												
Analfabeto	1,1	0,2	1,3	0,9	0,2	1,1	1,0	0,2	1,2	0,9	0,3	1,1
4ª Série Incompleta	6,8	0,7	7,5	5,5	0,8	6,3	4,8	0,8	5,5	4,0	0,7	4,7
4ª Série Completa	13,7	1,8	15,6	12,6	1,8	14,5	8,8	1,5	10,3	8,7	1,6	10,3
8ª Série Incompleta	9,0	1,6	10,6	9,9	2,0	11,9	8,7	1,9	10,6	9,2	2,1	11,3
8ª Série Completa	7,8	1,8	9,7	8,2	2,2	10,4	8,3	2,5	10,8	9,0	3,0	12,0
2º Grau Incompleto	5,0	1,3	6,3	4,8	1,5	6,4	5,1	2,1	7,2	4,1	1,5	5,6
2º Grau Completo	12,1	7,4	19,6	12,5	7,7	20,2	11,8	9,7	21,5	13,2	10,0	23,2
Superior Incompleto	3,1	1,7	4,8	3,1	1,6	4,7	2,9	1,9	4,8	2,8	1,7	4,5
Superior Completo	16,1	8,0	24,1	16,7	7,8	24,5	16,5	11,4	27,8	15,7	11,7	27,4
Ignorado	0,3	0,1	0,4	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0
Total	74,9	24,6	100,0	74,4	25,6	100,0	68,0	32,0	100,0	67,5	32,6	100,0
<i>Norte de Minas</i>												
Analfabeto	3,19	0,35	3,56	1,69	0,3	1,99	1,82	0,7	2,52	1,8	0,68	2,48
4ª Série Incompleta	13,80	1,75	15,67	11,31	1,35	12,66	9,52	1,39	10,91	8,06	1,21	9,27
4ª Série Completa	15,38	2,41	17,94	13,62	1,9	15,52	10,27	1,66	11,93	9,67	1,62	11,29
8ª Série Incompleta	9,53	1,63	11,24	10,65	1,78	12,42	9,51	1,81	11,32	9,67	2,08	11,74
8ª Série Completa	8,37	1,69	10,12	9,4	2,84	12,24	7,28	2,1	9,37	7,87	2,41	10,28
2º Grau Incompleto	5,33	1,32	6,68	5,01	1,59	6,6	7,37	2,92	10,29	4,56	1,39	5,95
2º Grau Completo	13,62	5,15	18,88	14,64	6,87	21,5	14,11	8,51	22,62	16,77	11,12	27,89
Superior Incompleto	2,40	0,88	3,30	2,09	0,95	3,04	1,72	0,87	2,59	1,97	0,85	2,81
Superior Completo	9,43	2,09	11,70	9,61	3,62	13,23	11,86	5,84	17,71	11,91	6,32	18,24
Ignorado	0,61	0,29	0,91	0,52	0,27	0,79	0,49	0,25	0,75	0,05	0,01	0,06
Total	81,66	17,56	100,00	78,54	21,46	100	73,94	26,06	100	72,32	27,68	100

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

7 CONCLUSÕES

O efetivo formal de emprego no Brasil e nas demais regiões estudadas tem crescido muito aquém das necessidades requeridas para que o grave problema do desemprego seja solucionado.

Os setores que mais crescem são exatamente aqueles em que há baixo requerimento de grau de instrução por parte dos trabalhadores. Não obstante o número crescente de cursos técnicos e aumento significativo de universidades e cursos de pós-graduação na década de 90, não houve maior acesso de emprego por parte dos jovens. Portanto, maior grau de instrução não garante necessariamente ocupação no mercado formal de trabalho em todas as regiões estudadas, embora tenha havido participação significativamente maior de trabalhadores com curso superior e com segundo grau completo no Norte de Minas Gerais, tanto quantitativamente quanto em termos de apropriação da massa salarial,¹ na década de 90, comparando-se ao Estado de Minas Gerais e ao país.

Para os trabalhadores mais idosos, apesar de haver aumento da participação na renda, nessas faixas, isso certamente tem ocorrido pelo fato de muitos trabalhadores após se aposentarem, terem que buscar novas ocupações para que haja uma complementação da renda familiar, sendo tal processo mais intenso na Região Norte-Mineira, aonde o peso das aposentadorias têm um peso significativo na geração de sua renda.

Em geral, a maioria dos empregos formais, tanto do país quanto das demais regiões são caracterizados por baixa escolaridade, de modo que em todos os casos, mais de 2/3 da força de trabalho têm até o segundo grau completo, constituindo-se num assunto de futuras análises, já que o que se tem noticiado recentemente é que houve maior grau de competitividade das firmas, exigindo-se do trabalhador melhor qualificação.

Também serão importantes maiores análises sobre a efetiva participação das micro e pequenas empresas na geração de empregos formais, já que generalizou-se a idéia de que tais empreendimentos pagam uma carga excessiva de tributos e que são responsáveis pela maioria dos empregos no país. Se isso vem ocorrendo, os trabalhadores encontram-se na informalidade e se isso é verdade, a contribuição dessas empresas tem sido menor do que deveria.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA FOLHA. Crianças voltam a colher laranja nos campos de Sergipe. *Jornal Folha de São Paulo*, 28 maio 2000. Caderno Brasil, p. A-15.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000. 264p.
- BLANCHARD, O. J. *Macroeconomia: teoria e política econômica*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- BONELLI, R. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: reação empresarial e mercado de trabalho. In: POSTHUMA, Anne Caroline (Org.). *Abertura e ajuste do Mercado de Trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília: OIT e MTE; São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 87-118
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação anual de informações sociais*. Dados em CD-ROM. MTE – DATAMEC. Brasília. Bases de 1986 a 1997.
- CALOÊTE, E. M. F. *Pólos agroindustriais, crescimento econômico e desigualdades de renda no Nordeste*. Viçosa: Departamento de Economia Rural/Universidade Federal de Viçosa, 1999. (Dissertação).
- COUTINHO, L. *et al.* Desempenho industrial e do emprego sob a política de estabilização. In: POSTHUMA, Anne Caroline (Org.). *Abertura e ajuste do Mercado de Trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília: OIT e Ministério do Trabalho e Emprego; São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 61-86.
- FRANCO, G. H. B. *Seis anos de trabalho: um balanço*. [<http://www.bcb.gov.br>]
- GONÇALVES, R. *Globalização e desnacionalização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 240 p.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *O Brasil na virada do milênio: trajetória do crescimento e desafios do desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 1997. Bloco temático III, v. 2.
- MATTOSO, J. E. L. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1995.

- MATTOSO, J. E. L. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MONTORO FILHO, A. F. *et. al.* Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: *Manual de Economia*. 39.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.
- , *Economia em debate: desemprego, avaliação e alternativas*. Conselho Federal de Economia (COFECON). Video Tape, 1999.
- RODRIGUES, L. Formação Econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, M. F. M.O., RODRIGUES, L. (Org.). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2000.
- TAVARES, M. C. *Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada*. Rio de Janeiro: Record, 1999. 302 p.